

ACESSO RESTRITO

ACESSO RESTRITO

*O caminho de parintinenses com deficiência em busca do diploma universitário...
e de repórteres tentando entrevistá-los*

Por Milanna Ambrósio e Vitor Gavirati

Eram quase sete da noite, quando Helon Coelho, 20, chegou ao Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Icsez), campus da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), em Parintins, naquela segunda-feira, 4 de novembro de 2013. Acompanhado da irmã, Helciane, 23, o jovem chegou até a sala 27 do Bloco 3 do campus. A classe estava com quase todas as carteiras ocupadas. Através de passos lentos, calmamente Helon se dirigiu até o fundo da sala, onde achou um lugar para sentar. Durante a caminhada, o rapaz que vestia camisa com estampa de caveira e usava corte de cabelo parecido ao de adeptos da cultura emo foi o foco de olhares dos jovens da sétima turma de Comunicação Social-Jornalismo do

Icsez. Era o primeiro dia de aula dos novos universitários e, segundo Helon, o estilo um pouco diferente provocou certo espanto nos companheiros de classe.

Naquela noite, uma dúvida martelava na mente de alguns dos aspirantes a jornalistas: “quem será o deficiente visual que vai estudar com a gente?”. Alguns dias depois, após uma intervenção da professora Suzan Monteverde, na aula de Introdução ao Jornalismo, a turma descobriu que o aluno em questão era Helon. Desde então, o rapaz passou a chamar mais atenção por conta do problema que enfrenta do que pelo modo de se vestir e cortar o cabelo.

Helon tem uma doença chamada distrofia macular. A disfunção é uma espécie de infecção que afeta parte do tecido

da retina e danifica a mácula, responsável pela visão central das pessoas. Ou seja, compromete a leitura e visualização de cores e detalhes. O rapaz, que hoje está no 4º período da graduação conta com apenas 3% da visão. “Talvez até menos”, como nos afirmou. Algo que explica a lentidão da caminhada de Helon em seu primeiro dia de aula na universidade. Ele já conhecia o Icsez porque Helciane, que está no 8º período do mesmo curso do irmão, o levava com frequência ao instituto. Porém, teve uma adaptação complicada ao novo ambiente de estudos em função da falta de acessibilidade do campus.

O Icsez foi inaugurado em 2007, 18 anos após o sancionamento da primeira lei brasileira que exigia acessibilidade

em prédios e vias públicas, que vigora desde 1989, ainda na gestão do presidente José Sarney. Depois dela, outras leis que visam assegurar direitos aos deficientes foram aprovadas. A mais conhecida é a Lei nº 10.098, popularmente chamada de “Lei da Acessibilidade”, legitimada no ano 2000. O artigo 3º da norma indica: “o planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”. Apesar disso, as instalações do instituto apresentam uma série de barreiras que dificultam a locomoção de deficientes.

Todas as noites quando chega à universidade, Helon caminha pelo saguão do Bloco 1, contando mentalmente “um, dois, três, quatro, cinco pilares” e vira à direita. Contar é a tática da vida dele, principalmente, para se situar em ambientes. “Eu uso isso pra tudo. Meio que decoro o caminho para chegar a um lugar”. Helon passa em frente à cantina do Icese, às vezes retribui o cumprimento de colegas, e segue pelo corredor até chegar ao Bloco 3, onde encontra um obstáculo: dois lances de escada, que ele não conta, mas totalizam 16 degraus em piso emborrachado preto com bolinhas que os tornam antiderrapantes. “Os degraus são escuros, não têm contraste e tenho medo

de cair”. Mesmo assim, o jovem sobe a escada, vira à esquerda e volta a usar a tática da contagem para encontrar a sala em que estuda. Conta mentalmente “uma, duas, três salas” e vira à esquerda outra vez.

A adaptação de Helon ao ambiente universitário poderia ser menos complicada se ele tivesse apenas que lidar com o medo de não ser aceito pelos colegas em vez de também se preocupar com as barreiras físicas que o Icese apresenta. A maioria das salas de aula e dos departamentos administrativos do instituto está nos andares superiores dos três blocos do campus. É também piada entre seus frequentadores o fato de o segundo andar dos prédios possuir banheiros destinados a cadeirantes e não existirem rampas ou elevadores que os deixem plenamente acessíveis.

A reportagem entrou em contato com a coordenação acadêmica do instituto, que não possuía o número de alunos com deficiência matriculados no campus. No entanto, encontramos cinco universitários com deficiência no Icese. “Eles não têm esse número lá, não?”, questionou o coordenador do curso de Educação Física, Marcelo Duarte, quando o procuramos buscando informações a respeito do assunto nas secretarias dos cursos do Icese. “É um absurdo isso, porque a pessoa preenche os dados na hora da matrícula e

fala se é deficiente ou não”, completou.

Quando procurado, o colegiado de Artes Visuais solicitou o dado na coordenação do Icese, mas recebeu um documento dizendo que o departamento não poderia passar a informação.

Tentativas em vão

A direção do Icese criou, em agosto de 2014, uma comissão de acessibilidade para analisar a mobilidade e o atendimento de alunos deficientes no campus, composta pela professora do colegiado de Pedagogia Danilza Teixeira, Maria Rosane, aluna do mesmo curso, e o arquiteto do instituto, Deyvid Andrade.

Como primeiro trabalho, a comissão de acessibilidade do Icese recebeu a missão de desenvolver um projeto que tornasse totalmente acessível o campus da Ufam em Parintins. A implantação de piso tátil, plataformas de elevação (equipamento semelhante a elevadores), placas de identificação em braile e a melhoria dos banheiros destinados a deficientes eram as adaptações que, segundo a equipe, deveriam ser feitas nos prédios do instituto. O Icese, no entanto, segue sem acessibilidade mesmo 15 meses após a criação da comissão.

Em sua sala, no Icese, o arquiteto Deyvid recebeu a reportagem e justificou a não finalização das obras. “A empresa

Desafios a serem vencidos

“Há pouco mais de uma década, as discussões sobre um modelo de educação inclusiva vêm ocupando lugar de destaque no cenário mundial. O desenvolvimento das práticas produz questões concretas nas instituições e exige respostas que não se encontram nos manuais, livros ou diretrizes”. O trecho citado é de autoria de Mirian Ferrari e Marie Sekkel. Ambas são Doutoradas em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). As autoras publicaram, em 2007, o artigo Educação inclusiva no

ensino superior: um novo desafio.

No estudo, as pesquisadoras destacam que o Brasil começou a fazer parte da construção de um sistema educacional inclusivo em 1990, quando concordou com a Declaração Mundial da Educação para Todos, em uma conferência mundial da Unesco. Segundo elas, a chegada dos alunos com necessidades especiais – NEE – criou situações constrangedoras nas salas de aulas, que por vezes não chegam a ser discutidas nas instituições.

Mirian e Marie identificaram

três desafios que precisam ser vencidos para se chegar à educação inclusiva no ensino superior: a tomada de posição das instituições sobre os objetivos e a elegibilidade dos alunos para seus cursos, a necessidade de formação pedagógica dos professores do ensino superior para educação inclusiva e, por fim, uma prática educativa que propicie a participação de alunos e professores no reconhecimento das diferenças e na criação de estratégias para a superação das dificuldades que surgirem.

que venceu a licitação e ficou responsável pela execução da reforma não cumpriu os prazos estipulados no edital e perdeu o direito de concluir o serviço”. No caminho até o espaço em que Deyvid nos atendeu é possível ver sinais do projeto que não foi terminado: o piso tátil implantado em partes do Icsez, a sujeira deixada pelo material usado na colagem do piso, que em alguns trechos se soltou, e os cômodos, que serviam de depósito de materiais de limpeza, desocupados para a instalação das plataformas de elevação.

Desde que a Construserves - Construção, Manutenção e Serviços Ltda, contratada para a execução do projeto de acessibilidade, interrompeu o trabalho, a comissão do Icsez está sem atividades. A paralisação das obras também trouxe riscos à segurança dos alunos no campus. Nos andares superiores dos blocos do instituto, o piso das salas desocupadas para a instalação das plataformas de elevação foi removido, deixando um buraco quadrado, com laterais de aproximadamente 2 metros de comprimento, que termina no chão do primeiro andar. Além disso, no segundo andar do Bloco 3, o piso tátil implantado indica caminho para o buraco que, durante a produção desta reportagem, permaneceu parcialmente coberto com a folha da porta que era usada no cômodo desapropriado para o funcionamento da plataforma de elevação.

— Mas, afinal, existe uma explicação para o fato de o Icsez ter sido construído sem acessibilidade? – questionamos a Deyvid.

— Tem... Tem sim. A maioria das pessoas pensa que arquitetos decoram casas e engenheiros as projetam, quando, na realidade, é o contrário. Arquitetos passam a faculdade fazendo projetos e engenheiros não. E o projeto daqui foi feito por um engenheiro – respondeu.

— Mas o projeto com as reformas do Icsez que trariam acessibilidade ao campus foi feito por você?

— Não também. Ele foi feito por um engenheiro da Ufam de Manaus. Eu vi o projeto antes de ele ser encaminhado para licitação, observei que algumas coisas poderiam ser alteradas, pedi ao engenheiro e ele me autorizou a mexer. O projeto dele, por exemplo, apontava que deveriam ser construídos banheiros para deficientes, sendo que o prédio aqui já

possui esses sanitários. Eles só precisavam ser melhorados – disse o arquiteto, revelando em sua fala e expressão um ar de descontentamento por não ter desenvolvido o projeto todo.

Sobre a falta de organização...

O diretor do Icsez, professor José Luiz Pereira da Fonseca, também já sofreu com a falta de acessibilidade dos prédios do campus. “Uma vez eu passei por uma cirurgia e fiquei impossibilitado de subir escadas. Então, tive que trabalhar lá embaixo”, contou, na sala da direção do instituto, localizada no segundo andar do bloco 2. Hoje, o professor Zé Luiz, como é popularmente conhecido

“Se for parar para pensar, se tiver um cadeirante, a pessoa desiste, porque, quando chega aqui e vê as escadas, pensa: ‘como é que eu vou subir?’”, disse Alessandra Maia, secretária do curso de Serviço Social, quando nos encontramos a procura de personagens para esta matéria.

no campus, afirma não ter problemas com as instalações do Icsez, apesar de frequentemente ser visto mancando pelos corredores da instituição.

“Nós temos hoje é uma dificuldade muito grande com alunos que sofrem acidentes”, afirmou o diretor. Maria Rosane se enquadra entre os estudantes destacados por Zé Luiz. A aluna sofreu um acidente em 2014 e teve que amputar parte da perna esquerda. Por apenas um semestre as aulas da turma em que Maria estuda foram realocadas para uma sala no térreo do Icsez. Esta foi a única medida tomada pela direção do instituto para ajudar a estudante, que precisou voltar a subir as escadas do Bloco 1 do instituto para seguir a graduação.

Maria foi convidada pela direção do Icsez e aceitou fazer parte da comissão de acessibilidade do instituto, representando os estudantes. Porém, atualmente, não sabe se faz mais parte do grupo. “Eu cheguei na coordenação acadêmica para

assinar uns papéis e falaram que eu não fazia mais parte da comissão, que quem fazia era outro aluno”, explicou. Para a reportagem, no entanto, os funcionários da coordenação apontaram Maria como aluna integrante da comissão de acessibilidade. A desorganização do grupo é ainda maior. “Não recebi minha portaria até agora. Por isso, oficialmente, eu não estou na comissão. O diretor pediu para que eu trabalhasse na comissão. Eu aceitei. Mas, já disse que sem a portaria não posso fazer nada”, revelou Deyvid, arquiteto do Icsez, desvendando parcialmente a burocracia da Ufam. Toda a confusão fez com que Danilza, professora e componente do grupo que discute acessibilidade no Icsez, pensasse em abandonar a comissão. “A gente está parado. Não consegue trabalhar”, justificou.

Em teoria, a manutenção de uma comissão de acessibilidade no Icsez é boa. “A prioridade é a questão de atendermos a todo mundo e criarmos políticas, dentro do instituto, para a acessibilidade”, assegurou o diretor do instituto. Na prática, no entanto, trouxe poucos resultados até o momento. Mesmo com a existência da comissão de acessibilidade, Helon, estudante de jornalismo e deficiente visual mencionado no começo da matéria, teve que se adaptar com outra barreira instalada no meio do caminho que percorre até chegar a sala de aula.

O restaurante universitário do Icsez, instalado no saguão do Bloco 1, junto à cantina do campus, é constantemente visitado por cachorros e gatos de rua que esperam a compaixão dos estudantes para se alimentar com algum osso ou sobra de comida entregue por eles. Para minimizar a ação dos cães – já que, pelo porte e agilidade, a medida não surtiu efeito com os gatos – o espaço foi todo cercado por grade. Para se ter acesso ao restaurante e entrar no corredor que liga o prédio ao Bloco 3, foram instalados portões parecidos com os de saloons dos filmes de bang bang e faroeste estadunidenses. A diferença é de que, em vez de madeira, também foi utilizada tela na confecção das folhas de portão que vão e vem conforme a passagem de uma pessoa. Movimento perigoso para Helon.

“Aqueles portões são uma arma. Alguém pode soltar aquilo na hora em que

eu estiver passando e o portão bater em mim porque eu não o enxergo”, reclamou enfaticamente o jovem. “Ele vê isso como uma barreira?”, questionou-nos a professora Danilza quando a falamos sobre a percepção de Helon sobre o cercado e os portões do restaurante. “Nós da comissão não tínhamos pensado nisso”, completou. O diretor do Icsez, professor Zé Luiz, por sua vez, disse-nos que a greve de mais 100 dias realizada por professores, técnicos e alunos do Icsez, aliada à paralisação dos serviços da Construserves, atrapalhou a efetividade do trabalho da comissão de acessibilidade. Com a retomada das aulas, a organização do grupo seria melhorada, disse o diretor.

Mais do que acesso, permanência

“Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão”, institui uma das diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Com uma rápida busca pelo Google, qualquer pessoa é capaz de encontrar o documento, disponível no site do Ministério da Educação (MEC). A política, publicada em 2008, apresenta um breve panorama histórico das leis nacionais sobre a educação inclusiva, além dos objetivos e diretrizes da legislação. Tudo aponta para um único caminho: a promoção de educação de qualidade para todos os alunos, em qualquer nível de ensino, sem exceção. Deficientes físicos, visuais, auditivos, mentais, alunos com transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação, por exemplo. Todos. Sem exceção.

“Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete

de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar”, orienta a política do MEC.

Apesar da norma, Helon cursou todo o primeiro semestre da graduação sem um monitor ou algo do tipo. Mirna Monteverde, colega de classe dele, foi quem assumiu a função já no segundo período do curso. Helon recebeu um notebook do Icsez, onde instalou programas voltados a deficientes visuais, que o ajudam na leitura de textos. Porém, em sala de aula as dificuldades continuam. “Acessibilidade na universidade não deve ser só estrutural, mas também metodológica. E varia de um deficiente para outro. Quando algum professor escreve no quadro e não comenta o que está fazendo, a aula não está direcionada a mim”, queixou-se.

Salomão, que é amigo de Neiva, que é amiga de Marlon, que é amigo de Cátia... e todos são amigos de Keyla

As reclamações de Helon sobre acessibilidade também são as de outros universitários parintinenses que não estudam no Icsez. Salomão de Sousa, 20, é estudante do segundo período do curso de Matemática do Centro de Estudos Superiores de Parintins (Cesp), campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), em Parintins. Desde o início do semestre, sempre que vai para a sala de aula, o jovem de pele morena, olhos e cabelos escuros, está acompanhado da professora Neiva dos Santos, que se senta na carteira ao lado dele. O motivo? Salomão é deficiente auditivo e precisa da intérprete, que faz a tradução dos conteúdos ensinados para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A deficiência de Salomão foi consequência de uma doença que dona Sandra, mãe dele, teve durante a gestação. “Eu tive rubéola quando estava grávida e o médico avisou que o bebê nasceria com alguma deficiência”, disse Sandra. Quando Salomão tinha dois anos, os pais perceberam que o sentido auditivo dele não era totalmente normal. “A gente viu que, quando chamava ele, ele só virava para um lado. Então, descobrimos que ele

tem 100% de surdez de um lado e 75% de outro”, contou Saturnino, pai de Salomão.

Quando vai ao Cesp frequentar as aulas, contar com a ajuda da intérprete facilita a compreensão dos assuntos discutidos em sala. Mas nem sempre foi assim. Salomão passou o primeiro período sem receber apoio da universidade. “Ele chegou a reprovar em algumas disciplinas, mas a gente sabe que não foi culpa dele”, afirmou a mãe dele. O fato de não ter aulas adequadas à sua deficiência fez o estudante pensar em desistir várias vezes, pois não compreendia o que era passado pelos professores. Ao ver a dificuldade enfrentada pelo filho, Sandra ameaçou ir para a mídia local expor a situação. “Ameacei também de ir para a justiça procurar os direitos dele”. Salomão não desistiu da universidade devido ao apoio que teve de alguns professores. “Ele é muito bravo. As pessoas com surdez têm isso de ser bravo. Mas a gente conversava muito com ele e dizia para ter calma”, disse Sandra.

A adequação da universidade à deficiência de Salomão veio somente no segundo semestre, com a contratação da professora Neiva, que o acompanha não só em sala de aula, como também fora dela. A universidade também ofereceu um espaço para a realização de atividades desenvolvidas fora do horário de aula: uma sala dividida com outros professores do instituto.

Ao entrarmos em contato com a professora Neiva, ela deixou clara sua aversão por aparecer na mídia. “Posso conversar sem problemas, mas se for para aparecer, ser filmada, não quero. Não gosto nem de tirar foto”. Depois de explicarmos que o trabalho não envolveria a imagem dela, Neiva ficou mais tranquila e aceitou nos receber durante uma manhã de novembro, na sala de reforços da Escola Estadual Brandão de Amorim – ou apenas ‘o Brandão’, como é conhecido pelos parintinenses –, onde estaria com Salomão. Mais tarde, a professora contou que o local oferecido pela universidade não atendia às necessidades do jovem. “Não era uma sala só nossa. Entrava e saía gente toda hora”. Por isso, a solução encontrada por ela foi pedir à direção do Brandão que cedesse um espaço na sala de reforços da escola. “Como ele foi aluno daqui, todo mundo já

sabia do caso dele. Então, foi mais fácil”.

Naquela manhã, ambos estavam muito ocupados, pois era dia de prova e o universitário também precisava fazer outro trabalho. Salomão estava sentado, digitando em um computador ao lado da professora Neiva, quando estendeu a mão para cumprimentar a reportagem e responder ao – tímido, mas simpático – “Oi” que foi lançado a ele em libras. Hoje, com a ajuda da professora Neiva, o pensamento de desistir da universidade não o acompanha. Ele quer se formar e ajudar outras crianças que têm problemas auditivos.

“Infelizmente as universidades e as escolas não estão preparadas para receber certos alunos, principalmente aqueles com necessidades educacionais especiais”, lamentou Neiva. No curso de Salomão a disciplina Libras é ofertada apenas no sétimo período. A professora contou uma conversa que teve com o coordenador do curso de Matemática.

– Professor, o senhor vai esperar até o sétimo período para os colegas do Salomão conversarem com ele?

– Não, professora. Não é bem assim...

Passado algum tempo, o coordenador voltou a tocar no assunto com Neiva. “Depois ele chegou e me disse que pensou no caso. Parece que a disciplina vai ser oferecida nas próximas férias”, disse ela.

A Escola Brandão de Amorim, onde encontramos os dois, é considerada por algumas pessoas – os pais de Salomão, por exemplo – um modelo de instituição pública de ensino que atende alunos com deficiência em Parintins. O colégio conta com piso tátil, rampas de acesso e banheiro adequado a pessoas com dificuldade de mobilidade. Além de Salomão, foi lá que estudou também o Helon, primeiro personagem desta reportagem. (VIDE BOX)

Quem vai à sala de reforços do Brandão, geralmente encontra alunos com deficiência auditiva fazendo atividades com seus intérpretes – um deles é o professor Marlon Jorge Azevedo. Além de ser contratado da rede estadual de ensino, ele também compõe o quadro de docentes do Cesp. Marlon perdeu a audição aos 10 anos de idade, quando teve meningite.

Em nosso primeiro contato com ele, depois de uma saudação em libras, a

primeira coisa que nos perguntou foi nossos nomes. Como o conhecimento destes repórteres sobre a linguagem brasileira de sinais é limitado, apenas um dos nomes foi apresentado em libras. *Milanna*. “Milanna?”, perguntou Marlon. Após a nossa confirmação, o outro nome foi escrito em um papel e entregue a ele. Depois de rapidamente nos fazer a tradução do que lia no papel – *Vitor*. (Vitor) –, aceitou marcar uma entrevista conosco. Ele nos recebeu também na famosa sala de reforços do Brandão e preferiu ser entrevistado sem intérprete: pediu para escrevermos as perguntas e foi nos respondendo. Com a deficiência auditiva, veio a complicação no desenvolvimento da fala. É visível o esforço que ele faz para pronunciar as palavras: a força usada se assemelha a que usamos para gritar, embora o tom da voz seja apenas o suficiente para ouvirmos sem dificuldade.

“Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças de forma a atender às necessidades educacionais de todos os alunos”

é o que diz uma das diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Marlon é alto, moreno e não aparenta ter a idade que diz. “50. Parece?”, brincou ele. A pele e os cabelos escuros não revelam os anos de experiência do professor. Mas uma breve visita ao Currículo Lattes, denuncia a bagagem que ele tem. Mestre em Letras e Artes na área Linguística, com pós-graduação em Educação Especial e Educação Inclusiva, graduação em Letras com Licenciatura em Libras e licenciado no Curso Normal Superior, Marlon é professor efetivo do Cesp. No papel, a pergunta foi feita:

– Dá aula de quê no Cesp?

– O que eu ensino é quase todas as matérias, nas licenciaturas de Matemática, Letras,

Pedagogia, Biologia, Química, Física... As matérias são voltadas para a língua brasileira de sinais. Por exemplo, em Pedagogia é mais sobre educação, ensinar as pessoas como trabalhar com surdos. Na Química eu faço fórmulas. Em Biologia é sobre natureza, meio ambiente, ensino os futuros profissionais a aprenderem um pouco da língua de sinais, para que possam atuar futuramente como professores”, contou.

Marlon também conhece Salomão. Mais do que isso, foi um dos professores que incentivaram o jovem a não desistir da graduação. Como dona Sandra nos lembrou durante nossa conversa: existe uma grande solidariedade entre os deficientes auditivos. Fato que comprovamos à medida que entrevistamos os alunos com deficiência. Salomão, que é amigo de Neiva, que é amiga de Marlon, que é amigo de Cátia – que entra daqui a pouco na história –... e todos são amigos de Keyla. A última, Francisca Keyla, não tem nenhuma necessidade educacional especial. Mas existe algo que a conecta com os personagens desta reportagem. Ela é professora do curso de Pedagogia do Cesp e trabalha com Libras também. Keyla foi ainda uma das pessoas que conversaram com Salomão para convencer o jovem a continuar na luta pelo diploma.

Nem comissão, nem acompanhamento

O fato de contar com professores que ensinam Libras pode nos levar a achar que o Cesp é engajado nos assuntos de inclusão de alunos com deficiência. Mas, na prática, não é bem assim. A universidade não tem comissão ou departamento para cuidar dos casos e não faz um acompanhamento dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência.

Em conversa com a professora Keyla, fomos informados de que pelo menos 3 alunos com deficiência estudam no Cesp. “Tem uma aluna com nanismo em Geografia, em Matemática tem um também (Salomão) e, em Pedagogia, tem a Cátia”.

Fundado há mais de uma década, o prédio foi construído em apenas um andar, mas não conta com piso tátil e não tem vagas para deficientes no estacionamento. “Falta essa coisa realmente aqui (no

campus). Não tem um projeto, não fazemos esse acompanhamento, não há um relatório que indique isso”, admitiu o coordenador acadêmico Marceliano Oliveira, quando nos recebeu em sua sala no Cesp. Ele sugeriu que a reportagem visitasse o novo prédio que está sendo construído no campus, pois também não sabia se o local atenderia às necessidades de todos. “Você pode ver lá para tirar suas impressões em termos de mobilidade. Mas não é só isso. Aí tem também a questão de equipamentos. Não tem ferramentas de acessibilidade aqui”. Para tirar a dúvida do coordenador e a nossa, fomos conferir e descobrimos que o bloco construído conta com elevador, mas nada de piso tátil e identificação braile ou em libras nas portas até agora.

Diplomados

Cátia é uma pessoa animada. Inversamente proporcional à baixa estatura, na faixa do 1 metro e 50, foi o entusiasmo com que, em sua casa, atendeu a reportagem. Assim que abriu o portão, identificou-nos, lançando com uma voz fanhosa duas questões: “Vitor?” “Ufam?”. Cátia nasceu surda. Acredita que isso aconteceu porque seus pais são primos. Teve dificuldades para desenvolver a fala, embora consiga pronunciar algumas palavras. Nada, entretanto, que fosse suficiente para que conduzíssemos uma entrevista parecida com a do professor

Marlon. Escrever as perguntas em um papel, esperando as respostas da mesma forma, talvez, fosse a solução. Opção logo rejeitada pela entrevistada.

Os deficientes auditivos contatados – entre eles, está Cátia – sentem dificuldades com a língua portuguesa. Algo que havíamos percebido nas mensagens de texto que trocamos com ela, pelo celular, para conseguir o encontro. Alguns verbos no infinitivo e palavras na ordem errada na formação das frases. Mas que, mesmo assim, geraram sentido, assim como, de alguma forma, os sinais lançados por Cátia e a leitura labial que ela fazia mediante nossa fala funcionaram nos momentos iniciais do contato.

A filha de Cátia, Sofia, 10, serviu de intérprete para a nossa conversa – aos 3 anos a garota aprendeu Libras com a mãe. Da mesma forma com que desejávamos uma pessoa que intermediasse o papo com Cátia, ela queria alguém que a ajudasse na universidade, tal como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do MEC orienta. “Ela disse que começaram a pagar um monitor pra ela, mas depois pararam. Só que, ela disse que depois a professora Lúcia e a professora Keyla ajudaram ela a continuar”, timidamente falou Sofia, talvez, tentando entender o porquê de uma entrevista com sua genitora e sem imaginar as dificuldades que ela havia enfrentado

até se formar. Cátia cursou a maior parte da graduação sem um intérprete. Algo que já havia sido denunciado por outras pessoas.

Na avaliação de Cátia, durante o tempo que passou no Cesp, poucos professores estavam preparados para atender alunos com deficiência. O que segundo ela é a principal mudança que deveria ser executada pela direção do centro para atender todos os alunos com eficiência. A principal dificuldade de Cátia sugere que o problema é ainda maior: a educação básica também é deficiente. “Tinham palavras nas apostilas e livros que ela não conseguia entender”, traduziu Sofia, logo após a gesticulação acompanhada da expressão de tristeza e impotência da mãe. Impotência era também o sentimento que a reportagem sentia ao não compreender os sinais de Cátia.

Quando perguntávamos sobre o fim da graduação, Cátia entendeu sem a ajuda de Sofia. Rapidamente, abriu o sorriso, balançou a cabeça em um gesto positivo e, sem perder tempo, com orgulho, apontou para o anel de formatura dourado com uma pedra azul que se destacava no dedo anelar da mão esquerda. A escolha pela formação em Pedagogia tinha um motivo: Cátia ensina informática para crianças com deficiência na Escola Paulo Manna, em Parintins, e queria ajudar ainda mais seus alunos lecionando outras disciplinas.

Na Ilha Tupinambarana, no entanto,

A escola pioneira de Parintins

Desde 1991, a Escola Estadual Brandão de Amorim atende alunos com deficiência. O colégio foi pioneiro no atendimento a deficientes no município de Parintins. Como foi mencionado na reportagem, em Trabalho de Conclusão de Curso defendido no ano de 2012, os acadêmicos Elenilson Ramos e Regina Franco abordaram o tema da educação inclusiva em um radiodocumentário. No produto, eles destacaram o trabalho que é feito na escola.

Em 2006, o Brandão foi reconhecido pelo MEC como Escola Inclusiva. O colégio conta com a sala de reforços, onde os professores acompanham os alunos com deficiência e os ajudam a tirar dúvidas. Eles também aprendem Libras e Língua Portuguesa no local. Tanto Elenilson quando a professora Neiva preferem chamar a escola de “pioneira” em vez de “modelo”.

O professor Marlon, personagem da reportagem, também trabalha no Brandão ajudando alunos com

deficiência que têm dúvidas sobre as disciplinas. “Apoio surdos nas dificuldades deles. Nas disciplinas de artes também, fazer poesia, ajudar na escrita”. Marlon acredita que as instituições de ensino ainda precisam melhorar muito para atender às pessoas com deficiência. “Aqui em Parintins, se for uma escola inclusiva, precisamos de novos profissionais capacitados, com conhecimento específico [para cada deficiência], rampas no caso de cadeirantes. Tem que ter material para ajudar eles também”.

não só o Cesp continua a falhar no ensino inclusivo apesar de já ter tido experiências com alunos deficientes. Outro exemplo de quem superou as barreiras apresentadas pela universidade e conseguiu o tão desejado diploma é Elenilson Ramos. Ele se formou em 2012 como Bacharel em Comunicação Social-Jornalismo no Icesz. Com um jeito simpático, de quem fala com todo mundo, o jornalista adora fazer brincadeiras exibindo seu grande potencial vocal: a típica voz de locutor de rádio. Foi assim que ele nos recebeu na Biblioteca Fred Góes, no segundo andar do Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro, – seu local de trabalho –, para uma conversa.

Elenilson chega ao local, cumprimenta as pessoas e sobe as rampas do Liceu, usando óculos escuros e se guiando com uma bengala. Ele começou a perder a visão com 15 anos devido a uma atrofia no nervo ótico. “Hoje eu consigo eu ver resíduos de luz e vultos. Acho que minha visão chega a 1%”, contou. Os médicos não sabem o que causou a doença. Desde então, passou a usar mais o sentido auditivo. Logo, tomou gosto pelo rádio. Em 2006 começou a trabalhar na área e, dois anos depois, decidiu fazer o vestibular

e foi aprovado.

Assim como os outros personagens desta reportagem, Elenilson enfrentou problemas no percurso da graduação. “Foi uma surpresa do tipo... ‘Meu Deus, e agora!? Como é que a gente vai trabalhar contigo?’”, disse. Uma das dificuldades do primeiro semestre foi o fato de escrever em braile e os professores não terem conhecimento do recurso. Somente no segundo período, o Icesz disponibilizou monitoria e computador onde Elenilson implantou um programa de voz para poder usar. “Eu lamento porque eu sempre dizia que ia sair, mas outros iriam entrar e, até hoje, a universidade ainda não se adequou”.

O jornalista lidera a União das Pessoas com Deficiência Visual de Parintins (Udevip). Na associação, o objetivo é apoiar a inclusão de deficientes visuais na sociedade. Elenilson também trabalha no Liceu ensinando a técnica do braile. “Um dos nossos desafios aqui é expandir o braile. E está aberto não apenas para deficientes visuais, mas também para qualquer pessoa que quiser”. Hoje um deficiente visual pode chegar ao liceu e ter acesso a livros impressos. Isso é possível graças a um scanner que faz a leitura do

material e converte para áudio.

Apesar das dificuldades enfrentadas por ele desde que perdeu a visão, Elenilson deixa a modéstia de lado e valoriza as coisas boas que conquistou. Um assunto que sempre o deixa orgulhoso é falar do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação. Ele e a companheira de equipe, Regina Franco, alcançaram a nota máxima ao apresentarem um radiodocumentário sobre educação inclusiva na Escola Brandão de Amorim. O produto foi ainda vencedor do Prêmio Expocom 2013 – o mais cobiçado dos estudantes da área da comunicação – nas etapas Regional e Nacional. Foi a primeira produção do curso de Comunicação Social – Jornalismo do Icesz a receber a premiação nacional.

A superação e o desempenho acadêmico fazem Elenilson ser uma fonte de inspiração para o Helon. Tal qual o círculo de afinidades entre os personagens da UEA, eles mantêm uma amizade recheada de admiração e solidariedade. Ambos sonham com o dia em que a sociedade e as instituições deixem o preconceito de lado e trabalhem para a inclusão social de pessoas com deficiência... o dia em que o acesso não seja restrito e sim disponível a todos.